

Pensõesgere – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2010

Fevereiro de 2011

Este relatório contém 35 páginas

7

7

CONTEÚDO

	<u>Pág.</u>
I	Demonstrações financeiras
	Demonstração dos resultados 4
	Demonstração do rendimento integral 4
	Balanço 5
	Demonstração das alterações no capital próprio 6
	Demonstração de fluxos de caixa 6
II	Notas explicativas às demonstrações financeiras
II.1	Políticas contabilísticas 7
II.2	Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas 14
II.3	Notas à demonstração dos resultados
Nota 1	Vendas e serviços prestados 15
Nota 2	Fornecimentos e serviços externos 15
Nota 3	Gastos com o pessoal 15
Nota 4	Outros rendimentos e ganhos e Outros gastos e perdas 16
Nota 5	Juros e gastos similares obtidos 16
Nota 6	Juros e gastos similares suportados 17
II.4	Notas ao balanço
Nota 7	Activos intangíveis 18
Nota 8	Outros activos financeiros 18
Nota 9	Impostos correntes e diferidos 19
Nota 10	Clientes 20
Nota 11	Adiantamentos a fornecedores 20
Nota 12	Outras contas a receber 20
Nota 13	Caixa e depósitos bancários 21
Nota 14	Capital, reservas e resultados transitados 21
Nota 15	Provisões 21
Nota 16	Responsabilidades por benefícios pós-emprego 21
Nota 17	Outras contas a pagar 25
Nota 18	Fornecedores 25
Nota 19	Accionistas/Sócios 25
II.5	Outras notas
Nota 20	Ajustes de transição 26

9

0 7 8

Nota 21	Transacções com partes relacionadas	27
Nota 22	Justo valor	27
Nota 23	Passivos contingentes e compromissos	28
Nota 24	Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas	28
Nota 25	Gestão de riscos	30
Nota 26	Activos sob gestão	35
III	Relatório dos auditores	

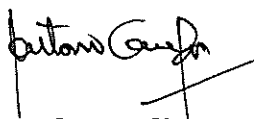


I Demonstrações financeiras

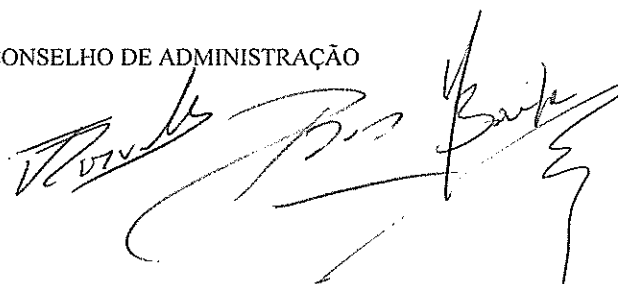
Demonstração dos resultados

Rendimentos e Gastos	Notas	Eur	
		2010	2009
Vendas e serviços prestados	1	11.263.946	11.673.018
Fornecimentos e serviços externos	2	(3.993.442)	(4.294.867)
Gastos com o pessoal	3	(1.202.518)	(1.361.859)
Provisões (aumentos/reduções)	15	(150.000)	-
Outros rendimentos e ganhos	4	822.779	876.238
Outros gastos e perdas	4	(253.501)	(1.055.836)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		6.487.264	5.836.694
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7	(18.153)	(17.391)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		6.469.111	5.819.303
Juros e gastos similares obtidos	5	410.852	479.770
Juros e gastos similares suportados	6	(56.215)	(77.501)
Resultado antes de impostos		6.823.747	6.221.572
Imposto sobre o rendimento do exercício	9	(1.976.560)	(1.688.127)
Resultado líquido do exercício		4.847.187	4.533.445

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS
Toc 3502



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Demonstração do rendimento integral

	Eur	
	2010	2009
Resultado líquido do exercício	4.847.187	4.533.445
Alterações de justo valor, líquidas de imposto		
Ajustamentos em activos financeiros, bruto	(293.456)	235.672
Outras variações no capital próprio (impostos diferidos)	93.011	(62.453)
	(200.446)	173.219
Total do rendimento integral	4.646.742	4.706.664

Balanço

Activo	Notas	Eur	
		2010	2009
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis		-	4.716
Activos intangíveis	7	5.893	19.330
Outros activos financeiros	8	16.898.867	6.372.289
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	16	38.017	87.098
Activos por impostos diferidos	9	216.881	-
		17.159.658	6.483.433
Activo corrente			
Clientes	10	2.579.643	2.893.318
Adiantamentos a fornecedores	11	666.343	-
Estado e outros entes publicos	9	24.728.015	24.728.015
Accionistas/sócios		-	1.673
Outras contas a receber	12	193.087	318.567
Caixa e depósitos bancários	13	3.445.170	9.670.491
		31.612.258	37.612.064
Total do Activo		48.771.916	44.095.497
Capital Próprio e Passivo			
Capital próprio			
Capital realizado		1.200.000	1.200.000
Reservas legais		292.346	292.346
Outras reservas		3.329.330	3.329.330
Resultados transitados		12.566.201	8.032.756
Ajustamentos em activos financeiros		(609.791)	(316.335)
Outras variações no capital próprio		176.840	83.829
Resultado líquido do exercício		4.847.187	4.533.445
Total do capital próprio	14	21.802.113	17.155.371
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	15	330.760	180.760
Passivos por impostos diferidos	9	-	48.595
		330.760	229.355
Passivo corrente			
Fornecedores	18	13.240	328.244
Estado e outros entes públicos	9	1.531.853	1.104.346
Accionistas/sócios	19	15.702	33.029
Outras contas a pagar	17	25.078.248	25.245.152
		26.639.043	26.710.771
Total do passivo		26.969.803	26.940.126
Total do Capital Próprio e Passivo		48.771.916	44.095.497

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Toc 350 2

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Capital Social 1.200.000 Euros - - matricula na CRCL com o número único de matrícula e identificação de pessoa colectiva 503 455 229
Sede: Av. José Malhoa, n.º 27, 1070-157 LISBOA

Demonstração das alterações no capital próprio

	Eur							
	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Ajustamentos em activos financeiros	Outras variações no capital próprio	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
Saldos em 1 de Janeiro de 2009	1.200.000	292.346	3.329.330	(552.007)	146.282	8.018.847	4.313.909	16.748.707
Transferência de resultados	-	-	-	-	-	4.313.909	(4.313.909)	-
Dividendos	-	-	-	-	-	(4.300.000)	-	(4.300.000)
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor	-	-	-	235.672	(62.453)	-	-	173.219
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	4.533.445	4.533.445
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	1.200.000	292.346	3.329.330	(316.335)	83.829	8.032.756	4.533.445	17.155.371
Transferência de resultados	-	-	-	-	-	4.533.445	(4.533.445)	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor	-	-	-	(293.456)	93.011	-	-	(200.445)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	4.847.187	4.847.187
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	1.200.000	292.346	3.329.330	(609.791)	176.840	12.566.201	4.847.187	21.802.113

Demonstração de fluxos de caixa

	Eur	
	2010	2009
Fluxos de caixa de actividades operacionais		
Resultado líquido do exercício	4.847.187	4.533.445
<i>Ajustamentos por:</i>		
Variação nos impostos activos / passivos	255.042	(371.999)
Amortizações do exercício	18.153	17.391
<i>Variações nos activos e passivos operacionais</i>		
Devedores diversos	(225.515)	(2.212.178)
Outros activos e passivos	199.081	1.777.007
Credores diversos	(499.235)	(1.086.962)
	4.594.713	2.656.704
Fluxos de caixa de actividades de investimento	(10.820.034)	541.954
Fluxo de caixa de actividades de financiamento	-	(4.300.000)
Variação líquida em caixa e equivalentes	(6.225.321)	(1.101.342)
Caixa e equivalentes no início do período	9.670.491	10.771.833
Caixa e equivalentes no final do período	3.445.170	9.670.491

II Notas explicativas às demonstrações financeiras

II.1 Políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

A Pensõesgere – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (“Pensõesgere”), com sede social na Avenida José Malhoa, N.º 27, 1070-157 Lisboa, anteriormente designada Pensõesgest – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., foi constituída em Lisboa, no ano de 1995. Em 1 de Dezembro de 1999, procedeu-se à fusão das sociedades Pensõesgest – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., Vanguarda – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. e Præmium – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., por incorporação, mediante a transferência global do património da Vanguarda – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. e da Præmium – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., com inerente dissolução destas, para a sociedade Pensõesgest – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., de acordo com o disposto no artigo 97º do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

A sociedade incorporante, em resultado da fusão, adoptou a forma societária de Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, sendo modificados o seu objecto social, capital e designação social.

Posteriormente, em 30 de Dezembro de 2000, procedeu-se à fusão da Pensõesgere – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. e Mello Activos Financeiros – Gestora de Fundos de Pensões, S.A., por incorporação, mediante transferência global do património da sociedade Mello Activos Financeiros para a Pensõesgere, com consequente extinção da sociedade incorporada, nos termos do disposto no artigo 97º, nº1, do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

A actividade da Sociedade é regulada pelo Decreto – Lei nº 475/99 de 9 de Novembro e outra legislação aplicável às Sociedades Gestoras de Fundos de Pensões.

A Sociedade tem por objectivo principal a gestão, administração e representação de Fundos de Pensões.

A Pensõesgere – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. é detida a 100% pela Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A., com sede na Avenida José Malhoa, nº27 em Lisboa, a qual elabora as demonstrações financeiras consolidadas.

Até 31 de Dezembro de 2009, inclusive, as demonstrações financeiras da Pensõesgere foram preparadas de acordo com as disposições do Plano Oficial de Contabilidade, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 410/89, de 21 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho e com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro.

A partir de 1 de Janeiro de 2010, no âmbito do disposto no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, Artº 4º, a Pensõesgere adoptou as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”), adoptadas no âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e as interpretações emitidas pelo *Internacional Financial Reporting Interpretation Committee* (“IFRIC”), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras da Pensõesgere agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 e foram preparadas de acordo com os IFRS adoptados pela União Europeia até 31 de Dezembro de 2010.

As Demonstrações financeiras apresentadas foram aprovadas na Reunião de Conselho de Administração do dia 21 de Fevereiro de 2011.

Em 2010 a Pensõesgere adoptou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de Janeiro de 2010. Essas normas apresentam-se discriminadas na nota 24. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras agora apresentadas reflectem os resultados das suas operações para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009. As demonstrações financeiras estão expressas em Euros. Estas foram preparadas de

acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos outros activos financeiros ao justo valor através de reservas. Os restantes activos e passivos financeiros, bem como activos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

Transição para o Novo Plano de Contas

Na preparação das demonstrações financeiras reportadas a 31 de Dezembro de 2010 e na determinação dos ajustamentos de transição, a Pensõesgere decidiu adoptar certas regras de transição estabelecidas no IFRS 1 – Adopção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, nomeadamente no que se refere à preparação de informação comparativa e à aplicação retrospectiva dos IFRS. Em consequência a data de transição foi 1 de Janeiro de 2005, data de transição para os IFRS para efeitos de reporte ao accionista.

A explicação de como a transição para os IFRS afectou a performance financeira é fornecida na nota 20.

As áreas que envolvem maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das Demonstrações Financeiras, encontram-se analisadas na nota II.2.

b) Activos financeiros

Classificação

A Pensõesgere classifica os seus activos financeiros no início da transacção considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Activos financeiros ao justo valor através dos resultados - Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo, e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.
- Activos financeiros disponíveis para venda - Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) a Pensõesgere tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadram nas restantes categorias.
- Empréstimos concedidos e contas a receber - Esta categoria inclui valores a receber relacionados com operações de seguro directo, resseguro cedido e transacções relacionadas com contratos de seguro e outras transacções.

Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) activos financeiros disponíveis para venda e (iii) empréstimos concedidos e contas a receber, são reconhecidos na data da negociação (“trade date”), ou seja, na data em que a Pensõesgere se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais da Pensõesgere ao recebimento dos seus fluxos de caixa ou a Pensõesgere tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os activos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os activos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados consolidados.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (“*bid-price*”). Na ausência de cotação, a Pensõesgere estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Empréstimos concedidos e contas a receber, são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Reclassificação entre categorias

Em Outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de activos financeiros ao justo valor através de resultados - negociação para as carteiras de activos financeiros disponíveis para venda, “*Loans and Receivables*” ou para activos financeiros detidos até à maturidade (“*Held-to-maturity*”), desde que esses activos financeiros obedeam às características de cada categoria. A Pensõesgere não adoptou esta possibilidade.

Imparidade

A Pensõesgere avalia regularmente se existe evidência objectiva que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade. De acordo com as políticas da Pensõesgere, 25% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, que corresponde à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda por imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, a perda por imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (“*trade date*”), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente nos resultados do período.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (“*discounted cash flows*”) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado. Os instrumentos financeiros derivados para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas nos resultados.

c) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem valores a pagar a tomadores de seguro, resseguradores e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

d) Compensação de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

e) Operações em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados, excepto quando classificadas como coberturas de fluxos de caixa ou coberturas de um investimento líquido, em que as variações cambiais resultantes são reconhecidas em reservas.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

f) Activos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Sociedade necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, a qual se situa normalmente entre 3 a 5 anos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela Sociedade, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados da Sociedade enquanto estiverem directamente afectos aos projectos. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, a qual não excede os 5 anos.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

g) Locações

A Pensõesgere classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efectuados pela Pensõesgere à luz dos contratos de locação operacional são registados nos resultados nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras - como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

9

17 p

h) Caixa e disponibilidades

Caixa e disponibilidades englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

i) Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Pensõesgere tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para reflectir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização, para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas.

j) Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efectiva.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

k) Reconhecimento de prestação de serviços e comissões

Os rendimentos de prestação de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de prestação de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- Os rendimentos de prestação de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

l) Benefícios aos empregados

Plano de benefício definido

A Pensõesgere assumiu a responsabilidade de pagar aos empregados pensões de reforma por velhice e pensões de reforma por invalidez nos termos do estabelecido no Contrato Colectivo de Trabalhadores da Actividade Seguradora ("CCT").

Os benefícios previstos nos planos de pensões são aqueles que são abrangidos pelo Plano CCT - Contrato Colectivo de Trabalho da Actividade Seguradora (CCT)".

As obrigações com pensões de reforma do Grupo estavam, até Agosto de 2010, cobertas por um único fundo de pensões denominado de "Fundo de Pensões do Grupo BCP", nos termos do qual, desde que verificado determinado

9

11

condicionalismo em cada exercício, poderão ser atribuídos complementos de reforma aos colaboradores do Grupo, salvaguardadas as especificidades dos instrumentos da regulamentação colectiva (Plano Complementar). Desde essa data, os activos e passivos associados ao Grupo foram transferidos para um fundo de pensões autónomo designado “Fundo de Pensões Aberto- Horizonte Valorização”.

As responsabilidades da Pensõesgere com pensões de reforma (plano de benefícios definidos) são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, pelo Grupo, individualmente para cada plano.

Os custos do serviço corrente em conjunto com o retorno esperado dos activos do plano deduzidos do “unwinding” dos passivos do plano, são registados por contrapartida de custos operacionais.

As responsabilidades da Pensõesgere com pensões de reforma são calculadas com base no Método da Unidade de Crédito Projectada, individualmente para cada plano através da estimativa do valor dos benefícios futuros que cada empregado deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor actual e o justo valor de quaisquer activos do plano deve ser deduzido. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de *rating* de boa qualidade, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

De acordo com o método do corredor os ganhos e perdas actuariais diferidos acumulados no início do ano que excedam 10% do maior de entre o total das responsabilidades e do valor do fundo, também reportados ao início do ano, são imputados a resultados durante um período que não pode exceder a média da vida de serviço remanescente dos trabalhadores abrangidos pelo plano.

Os encargos com reformas antecipadas, assim como os correspondentes ganhos e perdas actuariais, são reconhecidos nos resultados no momento em que a reforma antecipada é aprovada e anunciada.

O plano é financiado anualmente com contribuições da Pensõesgere para cobrir responsabilidades projectadas com Pensões, incluindo benefícios complementares quando apropriado. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no activo.

Em cada data de reporte a Pensõesgere avalia, individualmente para cada Plano, a recuperabilidade de qualquer excesso do fundo, baseado na perspectiva de futuras contribuições que possam ser necessárias.

Plano de contribuição definida

Para o Plano de contribuição definida, aplicável ao Plano complementar, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores da Pensõesgere são reconhecidas como custo do exercício quando devidas.

Benefícios de saúde

A Pensõesgere assumiu a responsabilidade de assistência médica vitalícia. O direito a este benefício está condicionado à permanência do colaborador na Pensõesgere até à idade da reforma e ao cumprimento de um período de serviço mínimo.

A mensuração e reconhecimento das responsabilidades da Pensõesgere com a assistência médica vitalícia, é semelhante à mensuração e reconhecimento das responsabilidades com pensões acima descritas.

Bónus

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

Sistema de incentivos baseado em acções

À data de 31 de Dezembro de 2010, não se encontra em vigor nenhum plano de remuneração com acções.

m) Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda são posteriormente

7

877

reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

A Pensõesgere procede, conforme estabelecido na IAS 12, parágrafo 74, à compensação dos activos e passivos por impostos diferidos sempre que: (i) tenha o direito legalmente executável de compensar activos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e (ii) os activos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e activos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os activos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro em que os passivos ou activos por impostos diferidos se esperem que sejam liquidados ou recuperados.

n) Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a accionistas do Grupo pelo número médio ponderado de acções ordinárias emitidas.

II.2 Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Pensõesgere são discutidos nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados da Sociedade e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Pensõesgere é apresentada na anterior Nota II.1 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Pensõesgere poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Sociedade e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para um melhor entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas possam ser mais apropriadas.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

A Sociedade determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. De acordo com as políticas da Sociedade, 25% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição, para títulos de capital e eventos os *cash flows* futuros estimados para títulos de dívida.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Sociedade.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos podem ter um impacto significativo nos valores determinados.

Impostos sobre os lucros

A Pensõesgere encontra-se sujeita ao pagamento de impostos sobre lucros. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela Pensõesgere, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração Pensõesgere, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

II.3 Notas à demonstração dos resultados

Nota 1 – Vendas e serviços prestados

As Prestações de serviços, no montante de Euros 11.263.946 (2009: Euros 11.673.018), foram integralmente realizadas em Portugal.

Nota 2 – Fornecimentos e serviços externos

Os fornecimentos e serviços externos são analisados como segue:

	<i>Eur</i>	
	2010	2009
Trabalhos especializados	885.329	875.470
Publicidade e propaganda	8.372	4.664
Comissões	3.036.509	3.345.760
Conservação e reparação	5.707	6.796
Deslocações e estadas	10.136	23.976
Outros	47.389	38.201
Total	3.993.442	4.294.867

As comissões são maioritariamente relacionadas com a gestão das carteiras de investimentos da Sociedade e dos Fundos de Pensões sob a sua gestão, efectuada pela F&C.

Nota 3 – Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal são analisados como segue:

	<i>Eur</i>	
	2010	2009
Remunerações Órgão sociais	1.000	1.500
Remunerações ao Pessoal:		
Remuneração mensal	660.331	672.879
Subsídios e bónus	224.330	242.704
Benefícios pós-emprego	63.283	188.879
Encargos sobre remunerações	202.294	201.561
Seguros obrigatórios	5.560	5.293
Outros custos com o pessoal	45.720	49.043
Total	1.202.518	1.361.859

Em 2010 e 2009 as Remunerações aos Órgãos Sociais respeitam na totalidade a despesas com a Assembleia Geral.

Nota 4 – Outros rendimentos e ganhos e Outros gastos e perdas

Os Outros rendimentos e ganhos são analisados como segue:

	<i>Eur</i>	
	2010	2009
Valias realizadas em outros activos financeiros	24.338	114.462
Correcções relativas a exercícios anteriores	8.513	402.485
Impostos indirectos	605.086	-
Outros rendimentos e ganhos	184.842	359.291
Total	822.779	876.238

Em 2010, os ganhos decorrentes de Impostos indirectos respeitam à recuperação de IVA pago indevidamente sobre comissões da F&C.

Os Outros gastos e perdas são analisados como segue:

	<i>Eur</i>	
	2010	2009
Impostos indirectos	-	797.543
Taxas	8.159	27.091
Valias realizadas em outros activos financeiros	196.802	215.817
Outros	48.540	15.385
Total	253.501	1.055.836

Nota 5 – Juros e gastos similares obtidos

Os Juros e gastos similares obtidos são analisados como segue:

	<i>Eur</i>	
	2010	2009
Juros obtidos de depósitos	120.920	163.820
Juros obtidos de outros activos financeiros	289.932	315.950
Total	410.852	479.770

9

17

Nota 6 – Juros e gastos similares suportados

Os Juros e gastos similares suportados são analisados como segue:

		<i>Eur</i>
	2010	2009
Juros suportados	44.260	70.750
Outros	11.955	6.751
Total	56.215	77.501

II.4 Notas ao balanço

Nota 7 – Activos intangíveis

Os Activos intangíveis são analisados como segue:

		<i>Eur</i>
	2010	2009
Outros activos intangíveis - software	72.582	72.582
Amortizações acumuladas	(66.689)	(53.252)
Activos intangíveis líquidos	5.893	19.330

Em 2010, as movimentações ocorridas nos activos intangíveis resultam na totalidade do registo das amortizações do exercício, no montante de Euros 13.437 (2009: Euros 12.394).

Nota 8 – Outros activos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o saldo desta conta é analisado como segue:

		<i>Eur</i>
	2010	2009
Dívida pública	9.763.220	2.325.876
Obrigações de outros emissores	6.695.255	3.501.497
Accões e unidades de participação em fundos	237.489	400.242
Juros a receber	202.903	144.675
Total	16.898.867	6.372.289

Dos quais:

Nível 1	16.799.812	6.239.130
Nível 2	99.055	133.159
Nível 3	-	-
	16.898.867	6.372.289

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

De acordo com o IFRS7, os activos financeiros classificados no reconhecimento inicial como disponíveis para venda podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por ‘providers’;

Nível 2 – valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

Nível 3 – valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

Nota 9 – Impostos correntes e diferidos

O cálculo do imposto corrente do exercício de 2010 foi apurado pela Sociedade com base numa taxa nominal de imposto e derrama de 29% (2009: 26,5%), a qual corresponde à taxa nominal aprovada à data de balanço.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 os saldos activos e passivos relativos a impostos registados no Balanço da Sociedade são analisados como segue:

	<i>Eur</i>	
	2010	2009
Activos por impostos correntes	24.728.015	24.728.015
Activos por impostos diferidos	216.881	-
Activos por impostos	24.944.896	24.728.015
Passivos por impostos correntes	1.531.853	1.104.346
Imposto sobre rendimento	496.075	216.522
Outros impostos e taxas	1.035.778	887.824
Passivos por impostos diferidos	-	48.595
Passivos por impostos	1.531.853	1.152.941

O montante de Euros 24.728.015 é relativo a IVA associado a uma dação de imóveis efectuada ao Fundo de Pensões do Grupo BCP.

Em 2003, atendendo às responsabilidades estimadas e de forma a reforçar o património do referido Fundo, foi celebrado um contrato de dação de imóveis entre a proprietária dos activos, a Millenniumbcp – Prestação de Serviços, A.C.E. (anteriormente designada por Servibanca – Prestação de Serviços, A.C.E.) e a Pensõesgere, enquanto entidade gestora e representante do Fundo BCP. Ainda que as transacções de imóveis, por norma, não sejam sujeitas ao pagamento de IVA, pelo facto de na data ter sido solicitada a dispensa de cumprimento dessa isenção, o imposto foi liquidado ao Estado. Resultou desta situação que o Estado assumiu uma posição devedora face à Pensõesgere, pelo montante do IVA a reembolsar, e o Fundo BCP uma posição credora face à Pensõesgere, a regularizar aquando do recebimento desse reembolso. Este facto justifica a existência do saldo credor e devedor de igual montante (Euros 24.728.015) no Balanço da Sociedade.

De referir que a antiguidade destes saldos devedor e credor resultam de divergências no que respeita ao direito de reembolso do IVA pela Pensõesgere, atendendo a que a Direcção Geral de Impostos alega que o pedido de isenção do imposto apenas deveria ter sido solicitado após a realização da escritura. Neste contexto a Pensõesgere efectuou em 29 de Dezembro de 2004 um recurso hierárquico dirigido ao Ministro das Finanças, sobre o qual, até à data de 31 de Dezembro de 2010, ainda não foi divulgada a respectiva conclusão

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 podem ser analisados como segue:

♀

J
18

	Activos		Passivos		Líquido	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Activos financeiros	176.840	83.829	-	-	176.840	83.829
Benefícios pós-emprego	40.041	-	-	132.424	40.041	(132.424)
Impostos diferidos activos/ (passivos)	216.881	83.829	-	132.424	216.881	(48.595)

O imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 2010 e 2009 é analisado como segue:

	<i>Eur</i>	
	2010	2009
Impostos correntes	1.983.378	1.688.127
Impostos diferidos	(6.818)	-
	1.976.560	1.688.127

A reconciliação da taxa de imposto é analisada como segue:

	<i>Eur</i>	
	2010	2009
Resultado antes de impostos	6.823.747	6.221.572
Taxa de imposto	29,0%	26,5%
Imposto calculado com base na taxa de imposto	1.978.887	1.648.717
Outras diferenças permanentes	(2.327)	39.410
	1.976.560	1.688.127

Nota 10 – Clientes

Os saldos a receber registados na rubrica de Clientes, no montante de Euros 2.579.643 (2009: Euros 2.893.318) resultam directamente da actividade desenvolvida pela Sociedade, estando relativamente às mesmas registada imparidade no montante de Euros 57.445 (2009: Euros 57.445).

Nota 11 – Adiantamentos a fornecedores

No âmbito do contrato de gestão discricionária de valores mobiliários celebrado com o fornecedor F&C, a F&C emite mensalmente a respectiva factura, incluindo o IVA à taxa normal em vigor. Pelo facto destas operações serem isentas, de acordo com a alínea g) do n.º 27 do art 9º do CIVA, o montante de Euros 666.343 reflecte o montante de IVA pago indevidamente e do qual se espera o respectivo reembolso.

Nota 12 – Outras contas a receber

Os saldos a receber registados na rubrica de Outras contas a receber, no montante de Euros 193.087 (2009: Euros 318.567) resultam essencialmente de comissões pela gestão dos Fundos de Pensões reconhecidas no exercício, mas cujo recebimento apenas irá ocorrer em 2011.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Nota 13 – Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o saldo desta conta corresponde na totalidade a depósitos bancários.

Nota 14 – Capital, reservas e resultados transitados

Capital

O capital da Pensõesgere – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., de Euros 1.200.000, representado por 240.000 acções de valor nominal Euros 5 cada, encontra-se integralmente subscrito e realizado.

A Pensõesgere – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. é detida a 100% pela Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A., com sede na Avenida José Malhoa, n.º 27 em Lisboa, a qual elabora as demonstrações financeiras consolidadas.

Reservas legais

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos da Sociedade, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do seu capital social. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

Nota 15 – Provisões

Em 2010, as provisões do exercício resultam do montante de Euros 150.000 constituído para fazer face aos custos incorridos com o processo de pedido de reembolso de IVA relativo às comissões a pagar à F&C pela gestão dos activos financeiros da Sociedade e dos Fundos de Pensões sob a sua gestão.

Adicionalmente a rubrica de Provisões regista o montante de Euros 180.760 (2009: Euros 180.760) relativo a um litígio em curso com o Instituto de Seguros de Portugal.

Nota 16 – Responsabilidades por benefícios pós-emprego

Pensões de reforma e outros benefícios

A Sociedade assumiu a responsabilidade de pagar aos empregados pensões de reforma por velhice e pensões de reforma por invalidez nos termos do estabelecido no Contrato Colectivo dos Trabalhadores de Seguros ("CCT"). Adicionalmente a Sociedade assumiu a responsabilidade de assistência médica vitalícia.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o número de participantes abrangidos pelo plano de benefícios era o seguinte:

	2010	2009
Número de participantes		
Pessoal no activo	20	22
Reformados e pensionistas	1	-
	21	22

A análise comparativa dos pressupostos actuariais é apresentada como segue:

	2010	2009
Taxa de desconto	5,25%	5,25%
Taxa de crescimento salarial	2,75%	2,75%
Taxa de rendimento do fundo	5,50%	5,50%
Taxa de crescimento das pensões	1,75%	1,75%
Tábua de mortalidade		
Homens	TV88/90	TV73/77 rated down 1 year
Mulheres	TV 88/90 rated down 2 years	TV 88/90 rated down 2 years
Método actuarial	Project Unit Credit	Project Unit Credit

Os activos/(responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2010 e 2009, são como segue:

	2010			2009		
	Planos de Pensões	Outros benefícios	Total	Planos de Pensões	Outros benefícios	Total
Responsabilidades por benefícios	(681.658)	(133.854)	(815.512)	(822.840)	(132.957)	(955.797)
Justo valor dos activos do fundo	868.950	-	868.950	942.719	-	942.719
Valor líquido	187.292	(133.854)	53.438	119.879	(132.957)	(13.078)
(Ganhos)/perdas actuariais não reconhecidos	(11.202)	(4.219)	(15.421)	92.590	7.586	100.176
Activos/(responsabilidades) líquidas em balanço	176.090	(138.073)	38.017	212.469	(125.371)	87.098

No seguimento de deliberação da Comissão Executiva, datada de 23 de Novembro de 2006, os empregados admitidos até 22 de Setembro de 2006 mantêm, em termos do Plano Complementar, o plano de benefício definido, estabelecido nos termos do Contrato de Adesão Colectivo nº72 – Fundo Pensões ‘Horizonte Valorização’.

Anualmente, a Sociedade procederá à cobertura dos benefícios garantidos e do eventual financiamento suplementar, com base na avaliação actuarial efectuada em cada ano.

O acréscimo das responsabilidades em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, é analisado como segue:

	2010			2009		
	Planos de Pensões	Outros benefícios	Total	Planos de Pensões	Outros benefícios	Total
Responsabilidades em 1 de Janeiro	822.840	132.957	955.797	832.066	129.643	961.709
Custo do serviço corrente	57.952	6.461	64.413	49.465	6.222	55.687
Custo dos juros	43.199	6.959	50.158	47.844	7.422	55.266
Pagamentos efectuados pelo fundo ou pela Sociedade	(3.917)	(718)	(4.635)	-	-	-
(Ganhos)/ perdas actuariais	(196.984)	(11.805)	(208.789)	(152.394)	(10.330)	(162.724)
Transferências entre fundos	(41.432)	-	(41.432)	45.859	-	45.859
Responsabilidades em 31 de Dezembro	681.658	133.854	815.512	822.840	132.957	955.797

7

Handwritten signature/initials.

Os montantes reconhecidos como custo dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, são como segue:

							<i>Eur</i>
	Planos de Pensões	2010 Outros benefícios	Total	Planos de Pensões	2009 Outros benefícios	Total	
Custo do serviço corrente	57.952	6.461	64.413	49.465	6.222	55.687	
Custo dos juros	43.199	6.959	50.158	47.844	7.422	55.266	
Rendimento esperado do fundo	(51.288)	-	(51.288)	(48.149)	-	(48.149)	
Amortização dos ganhos / (perdas) actuariais não reconhecidos	-	-	-	9.202	261	9.463	
Custo do exercício	49.863	13.420	63.283	58.362	13.905	72.267	

A variação do valor do Fundo em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, é analisada como segue:

		<i>Eur</i>
	2010	2009
Saldo em 1 de Janeiro	942.719	835.332
Contribuições da Sociedade	13.484	-
Pagamentos efectuados pelo fundo	(3.917)	-
Retorno esperado do fundo	51.288	48.149
Ganhos/(Perdas) actuariais do fundo	(93.192)	13.379
Transferências entre fundos	(41.432)	45.859
Saldo em 31 de Dezembro	868.950	942.719

Os ganhos e perdas actuariais em 2010 e 2009, são analisadas como segue:

							<i>Eur</i>
	Planos de Pensões	2010 Outros benefícios	Total	Planos de Pensões	2009 Outros benefícios	Total	
(Ganhos)/ perdas actuariais no início do exercício	92.590	7.586	100.176	267.565	18.177	285.742	
(Ganhos)/ perdas actuariais nas responsabilidades	(196.984)	(11.805)	(208.789)	(152.394)	(10.330)	(162.724)	
Ganhos/(perdas) actuariais do fundo	93.192	-	93.192	(13.379)	-	(13.379)	
Amortização dos ganhos / (perdas) actuariais não reconhecidos	-	-	-	(9.202)	(261)	(9.463)	
(Ganhos)/ perdas actuariais no final do exercício	(11.202)	(4.219)	(15.421)	92.590	7.586	100.176	

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 os ganhos/(perdas) actuariais resultantes de alterações dos pressupostos actuariais foram de Euros (26.000) e Euros 35.000, respectivamente.

As contribuições para o Fundo de Pensões efectuadas pela Sociedade ascenderam a Euros 13.000, as quais foram na sua totalidade efectuadas em dinheiro que correspondem ao montante para o Plano de Contribuição Definida respeitante à atribuição do exercício de 2009.

Os Activos/(responsabilidades) líquidas são analisadas como segue:

	<u>2010</u>			<u>2009</u>		
	<u>Planos de Pensões</u>	<u>Outros benefícios</u>	<u>Total</u>	<u>Planos de Pensões</u>	<u>Outros benefícios</u>	<u>Total</u>
Activos/(responsabilidades) líquidas balanço em 1 Janeiro	212.469	(125.371)	87.098	270.831	(111.466)	159.365
Custo normal do ano	(49.863)	(13.420)	(63.283)	(58.362)	(13.905)	(72.267)
Contribuições dos empregados e outras contribuições	<u>13.484</u>	<u>718</u>	<u>14.202</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Activos/(responsabilidades) líquidas balanço em 31 Dezembro	<u>176.090</u>	<u>(138.073)</u>	<u>38.017</u>	<u>212.469</u>	<u>(125.371)</u>	<u>87.098</u>

A evolução dos benefícios dos empregados e do justo valor dos activos do fundo são analisadas como segue:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Responsabilidades por benefícios	(815.512)	(955.797)
Justo valor dos activos do fundo	<u>868.950</u>	<u>942.719</u>
Valor líquido	53.438	(13.078)
Ganhos e (perdas) actuariais não reconhecidos	<u>(15.421)</u>	<u>100.176</u>
Activos/(responsabilidades) líquidas em balanço	<u>38.017</u>	<u>87.098</u>

Os activos do fundo de pensões são decompostos da seguinte forma:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Titulos de rendimento variável	3.198	1.247.262.000
Titulos de rendimento fixo	539.667	2.841.297.000
Terrenos e edificios	-	383.431.000
Outros	<u>326.085</u>	<u>1.101.582.000</u>
	<u>868.950</u>	<u>5.573.572.000</u>

De referir que, até 31 de Dezembro de 2009, os passivos por benefícios pós emprego estavam cobertos pelo fundo de pensões do Grupo BCP, do qual a Pensõesgere representava cerca de 0,02%.

Os títulos emitidos pelo Banco Comercial Português, S.A. contabilizados na carteira de investimentos do Fundo, são analisados como segue:

	2010	2009
Títulos de rendimento variável	-	39.362.000
Títulos de rendimento fixo	-	352.171.000
	-	391.533.000

Nota 17 – Outras contas a pagar

Os saldos a pagar registados na rubrica de Outras contas a pagar incluem maioritariamente o montante de Euros 24.728.015 (2009: Euros 24.728.015) relativo ao IVA associado a uma dação de imóveis efectuada ao Fundo de Pensões do Grupo BCP, conforme referido nota 9.

Nota 18 – Fornecedores

Os saldos a pagar registados na rubrica de Fornecedores, no montante de Euros 13.240 (2009: Euros 328.244) resultam directamente da actividade desenvolvida pela Sociedade.

Nota 19 – Accionistas/sócios

O saldo da rubrica de Accionistas/sócios é analisado como segue:

		<i>Eur</i>
	2010	2009
Banco Comercial Português, S.A.	15.079	14.017
Millenniumbcp Serviços, A.C.E.	623	19.012
	15.702	33.029

G

878

II.5 Outras notas

Nota 20 – Ajustes de transição

Conforme referido na nota II.1.a), estas são as primeiras demonstrações financeiras preparadas pela Sociedade de acordo com os IFRS. As políticas contabilísticas descritas na nota II.1 foram utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras com referência ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, na preparação da informação financeira comparativa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, assim como na preparação do balanço de abertura em 1 de Janeiro de 2009.

Na preparação do balanço de abertura de acordo com os IFRS da informação comparativa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, a Sociedade ajustou os montantes anteriormente reportados os quais haviam sido preparados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os principais impactos, no capital próprio, da transição para os IFRS em 1 Janeiro de 2009 e em 31 de Dezembro de 2009, são analisados como segue:

		<i>Eur</i>
	01-Jan-09	31-Dez-09
Situação Líquida de acordo com as Políticas Contabilísticas anteriores	16.504.513	17.012.189
IAS 19 - Benefícios dos empregados	a) 285.741	100.176
IAS 39 - Instrumentos financeiros	b) 77.853	94.631
IAS 12 - Impostos sobre o rendimento	c) (96.352)	(51.624)
Situação Líquida de acordo com os IFRS	16.771.755	17.155.372

Os principais impactos nos resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 decorrentes da transição para os IFRS, são analisados como segue:

		<i>Eur</i>
		31-Dez-09
Resultado líquido de acordo com as Políticas Contabilísticas anteriores		4.807.676
IAS 19 - Benefícios dos empregados	a)	(185.565)
IAS 39 - Instrumentos financeiros	b)	(187.539)
IAS 12 - Impostos sobre o rendimento	c)	98.873
Resultado líquido de acordo com os IFRS		4.533.445

a) Pensões de reforma e outros benefícios aos empregados

As anteriores políticas contabilísticas requeriam que fosse reconhecida em resultados, em cada exercício, a totalidade do incremento das responsabilidades, incluindo os ganhos e perdas. De acordo com o IAS 19, a parcela relativa aos desvios actuários é diferida de acordo com o método do corredor e o excesso do fundo é contabilizado como um activo.

b) Instrumentos financeiros

De acordo com o IAS 39, os activos financeiros foram classificados nas categorias de activos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e contas a receber.

Os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao valor de mercado sendo as mais e menos valias potenciais existentes registadas em reservas, excepto quando se verifique existir uma perda de imparidade, a qual é registada por contrapartida de resultados. As perdas de imparidade reconhecidas em instrumentos de capital não podem ser revertidas por resultados, contrariamente ao procedimento a seguir para os instrumentos de dívida.

De acordo com as políticas contabilísticas anteriores, os títulos de dívida eram registados ao custo de aquisição. A periodificação dos juros era feita com base no valor nominal e na taxa de juro aplicável ao período. O prémio ou desconto era periodificado por contrapartida de resultados ao longo do período até ao seu vencimento.

Os títulos de rendimento variável eram valorizados ao custo de aquisição ou valor de mercado, dos dois o mais baixo.

c) Impostos diferidos

A Sociedade já reconhecia impostos diferidos sobre as diferenças temporárias entre o balanço contabilístico preparado com base nessas políticas contabilísticas e o balanço fiscal. Nesta base, na data da transição foram adicionalmente reconhecidos os impostos diferidos determinados sobre os ajustamentos IFRS relevantes calculados a essa data.

Nota 21 - Transacções com partes relacionadas

A análise das transacções com partes relacionadas em 2010 e 2009, é analisada como segue:

	<i>Eur</i>			
Balanço	Grupo BCP	Fundo Pensões BCP	Fundo Pensões Ageas	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1.418.187	-	-	1.418.187
Empréstimos concedidos e contas receber	2.000.000	-	-	2.000.000
Activos financeiros disponíveis para venda	99.055	-	-	99.055
Outros activos	-	2.061.307	38.017	2.099.324
Total do activo	3.517.242	2.061.307	38.017	5.616.566
Outros passivos	15.702	-	-	15.702
Total do passivo	15.702	-	-	15.702
Líquido Activo / (Passivo) 2010	3.501.540	2.061.307	38.017	5.600.864
Líquido Activo / (Passivo) 2009	9.671.382	2.417.726	87.098	12.176.206

	<i>Eur</i>			
Demonstração de resultados	Grupo BCP	Fundo Pensões BCP	Fundo Pensões Ageas	Total
Dividendos e juros a receber	125.745	-	-	125.745
Comissões de gestão financeira e administrativa	-	8.241.497	-	8.241.497
Total de proveitos	125.745	8.241.497	-	8.367.242
Comissão de comercialização de fundos de pensões	(60.665)	-	-	(60.665)
Gastos gerais e administrativos	(574.790)	-	(63.283)	(638.073)
Total de custos	(635.455)	-	(63.283)	(698.738)
Líquido Proveitos / (Custos) 2010	(509.710)	-	(63.283)	7.668.504
Líquido Proveitos / (Custos) 2009	(388.112)	8.856.638	(72.267)	8.396.259

As transacções com Partes relacionadas foram efectuadas em termos equivalentes aos que prevalecem no mercado em transacções similares.

Nota 22 – Justo valor

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor pode ser estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de cash flows descontados, usando para este efeito a taxa de juro sem risco adicionada do spread atribuível ao emitente.

Os métodos e pressupostos principais utilizados na determinação do justo valor de activos e passivos pela Pensõesgere são os seguintes:

Caixa e Depósitos bancários

Tendo em conta que se tratam normalmente de activos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Outros activos financeiros (Activos financeiros disponíveis para venda)

Estes instrumentos financeiros são registados ao justo valor, o qual é normalmente baseado em valores de mercado se disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor é estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de *cash flows* descontados, usando para este efeito a taxa de juro sem risco adicionada do *spread* atribuível ao emitente.

No caso das acções não cotadas, são valorizadas ao custo histórico, sempre que não existam valores de mercado disponíveis que suportem a sua cotação e não seja possível estimar o seu justo valor com fiabilidade.

Clientes, Adiantamentos a fornecedores, Outras contas a receber, Outras contas a pagar, Fornecedores

Tendo em conta que se tratam normalmente de activos e passivos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

Nota 23 – Passivos contingentes e compromissos

Passivos contingentes

A Sociedade não está directamente envolvida em processos judiciais em Portugal que possam resultar em responsabilidades a pagar.

Garantias

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 não havia garantias prestadas ou recebidas.

Nota 24 – Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

Normas, alterações e interpretações efectivas em ou a partir de 1 de Janeiro de 2010

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a Sociedade aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem ser analisadas como segue:

IAS 39 (Alterada) – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu uma alteração ao IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura a qual foi de aplicação obrigatória a partir de 1 de Julho de 2009. Esta alteração clarifica a aplicação dos princípios existentes que determinam quais os riscos ou quais os *cash flows* elegíveis de serem incluídos numa operação de cobertura.

A Sociedade não teve quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração.

IFRS 1 (alterada) – Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro e IAS 27 – Demonstrações Financeiras consolidadas e separadas

As alterações ao IFRS 1 - Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro e ao IAS 27 - Demonstrações financeiras consolidadas e separadas foram efectivas a partir de 1 de Julho de 2009. Estas alterações vieram permitir que as entidades que estão a adoptar as IFRS pela primeira vez na preparação das suas contas individuais adoptem como custo contabilístico (*deemed cost*) dos seus investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, o respectivo justo valor na data da transição para os IFRS ou o valor de balanço determinado com base no referencial contabilístico anterior.

A Sociedade não teve qualquer impacto decorrente da adopção desta alteração.

IFRS 3 (revista) – Concentrações de actividades empresariais e IAS 27 (alterada) - Demonstrações financeiras consolidadas e separadas

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Janeiro de 2008 a IFRS 3 (Revista) - Concentrações de actividades empresariais, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Os principais impactos das alterações a estas normas correspondem: (i) ao tratamento de aquisições parciais, em que os interesses sem controlo (antes denominados de interesses minoritários) poderão ser mensurados ao justo valor (o que implica também o reconhecimento do goodwill atribuível aos interesses sem controlo) ou como parcela atribuível aos interesses sem controlo do justo valor dos capitais próprios adquiridos (tal como actualmente requerido); (ii) aos "step acquisition" em que as novas regras obrigam, aquando do cálculo do goodwill, à reavaliação, por contrapartida de resultados, do justo valor de qualquer interesse sem controlo detido previamente à aquisição tendente à obtenção de controlo; (iii) ao registo dos custos directamente relacionados com uma aquisição de uma subsidiária que passam a ser directamente imputados a resultados; (iv) aos preços contingentes cuja alteração de estimativa ao longo do tempo passa a ser registada em resultados e não afecta o goodwill e (v) às alterações das percentagens de subsidiárias detidas que não resultam na perda de controlo as quais passam a ser registadas como movimentos de capitais próprios. Adicionalmente, das alterações ao IAS 27 resulta ainda que as perdas acumuladas numa subsidiária passarão a ser atribuídas aos interesses sem controlo (reconhecimento de interesses sem controlo negativos) e que, aquando da alienação de uma subsidiária, tendente à perda de controlo qualquer interesse sem controlo retido é mensurado ao justo valor determinado na data da alienação.

A Sociedade não obteve quaisquer impactos decorrentes da adopção desta norma revista.

IFRIC 12 - Contratos de Concessão de Serviços

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) emitiu em Julho de 2007 a IFRIC 12 - Contratos de Concessão de Serviços. A adopção por parte da União Europeia foi em 25 de Março de 2009. Esta interpretação passa a ser de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciem em ou após 29 de Março de 2009. O IFRIC 12 aplica-se a contratos de concessão de serviços público-privados. Esta norma aplicar-se-á apenas a situações onde o concedente a) controla ou regula os serviços prestados pelo operador, e b) controla os interesses residuais das infra-estruturas, na maturidade do contrato.

Face à natureza dos contratos abrangidos por esta interpretação, a Sociedade não obteve qualquer impacto ao nível das Demonstrações financeiras.

IFRIC 17 - Distribuições em espécie a accionistas

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), emitiu em Novembro de 2008, a IFRIC 17 – Distribuições em espécie a accionistas, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico das distribuições em espécie a accionistas. Assim, estabelece que as distribuições em espécie devem ser registadas ao justo valor, sendo a diferença para o valor de balanço dos activos distribuídos reconhecida em resultados quando da distribuição.

A Sociedade não obteve qualquer impacto da adopção desta interpretação ao nível das Demonstrações financeiras.

IFRIC 18 – Transferências de activos de clientes

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), emitiu em Novembro de 2008, a IFRIC 18 – Transferências de activos de clientes, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico de acordos celebrados mediante os quais uma entidade recebe activos de clientes para sua própria utilização e com vista a estabelecer posteriormente uma ligação dos clientes a uma rede ou conceder aos clientes acesso contínuo ao fornecimento de bens ou serviços.

A Interpretação clarifica:

- as condições em que um activo se encontra no âmbito desta interpretação;
- o reconhecimento do activo e a sua mensuração inicial;
- a identificação dos serviços identificáveis (um ou mais serviços em troca do activo transferido);
- o reconhecimento de proveitos; e
- a contabilização da transferência de dinheiro por parte de clientes.

A Sociedade não obteve qualquer impacto da adopção desta interpretação ao nível das Demonstrações financeiras.

5

67

Annual Improvement Project

Em Maio de 2008, tal como anteriormente referido, o IASB publicou o Annual Improvement Project, o qual alterou certas normas que se encontram em vigor. Contudo, a data de efectividade das alterações varia consoante a norma em causa, das quais se destaca:

- Alteração à IFRS 5 - Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação, efectiva para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009. Esta alteração veio esclarecer que a totalidade dos activos e passivos de uma subsidiária devem ser classificados como activos não correntes detidos para venda de acordo com o IFRS 5 se existir um plano de venda parcial da subsidiária tendente à perda de controlo.

A Sociedade não obteve qualquer impacto da adopção desta norma ao nível das Demonstrações financeiras.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efectivas para a Sociedade

IFRS 9 - Instrumentos financeiros

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Novembro de 2009, a IFRS 9 - Instrumentos financeiros parte I: Classificação e mensuração, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma, em Outubro de 2010 foi alterada. A IFRS 9 não foi ainda adoptada pela União Europeia.

Esta norma insere-se na primeira fase do projecto global do IASB de substituição da IAS 39 e aborda os temas de classificação e mensuração de activos financeiros. Os principais aspectos considerados são os seguintes:

- Os activos financeiros podem ser classificados em duas categorias: ao custo amortizado ou ao justo valor. Esta decisão será efectuada no momento inicial de reconhecimento dos activos financeiros. A sua classificação depende de como uma entidade apresenta no modelo de gestão do negócio esses activos financeiros e as características contratuais dos fluxos financeiros associados a cada activo financeiro;
- Apenas podem ser mensurados ao custo amortizado os instrumentos de dívida cujos fluxos financeiros contratados representam apenas capital e juros, isto é, que contenham apenas características básicas de dívida, e para os quais uma entidade no modelo de gestão do negócio apresenta esses activos financeiros com o objectivo de capturar apenas esses fluxos financeiros. Todos os outros instrumentos de dívida são reconhecidos ao justo valor;
- Os instrumentos de capital emitidos por terceiras entidades são reconhecidos ao justo valor com as variações subsequentes registadas em resultados. Contudo, uma entidade poderá irrevogavelmente eleger instrumentos de capital para os quais as variações de justo valor e as mais ou menos-valias realizadas são reconhecidas em reservas de justo valor. Os ganhos e perdas aí reconhecidos não podem ser reciclados por resultados. Esta decisão é discricionária não implicando que todos os instrumentos de capital assim sejam tratados. Os dividendos recebidos são reconhecidos em resultados do exercício.
- A excepção para deter investimentos em instrumentos de capital cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade e derivados relacionados, prevista na IAS 39, não é permitida na IFRS 9;
- As alterações ao justo valor atribuíveis ao risco de crédito dos passivos financeiros classificados na categoria de Opção de justo valor (*Fair Value option*) serão reconhecidas em (OCI). As restantes variações de justo valor associadas a estes passivos financeiros serão reconhecidas em resultados. Os montantes registados em OCI nunca poderão ser transferidos para resultados.

A Sociedade está a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferências de activos financeiros

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Outubro de 2010, a IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferências de activos financeiros, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2011, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta alteração não foi ainda adoptada pela União Europeia.

As alterações requeridas às divulgações sobre as operações que envolvem transferência de activos financeiros, nomeadamente securitizações de activos financeiros, têm como objectivo que os utilizadores das demonstrações financeiras possam vir a avaliar o risco e os impactos associados a essas operações ao nível das demonstrações financeiras.

Nota 25 – Gestão de riscos

Uma gestão de risco saudável é um dos pilares de suporte a uma estratégia de crescimento rentável e sustentável, e consequentemente uma competência nuclear na PENSÕESGERE - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. Como parte da sua governação, a PENSÕESGERE - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. adoptou uma estrutura organizacional de gestão de riscos baseada na estrutura em vigor no Grupo Ageas. O objectivo primordial é o desenvolvimento e implementação de uma estrutura de gestão de riscos que permita assegurar e atingir o equilíbrio apropriado entre o risco e o retorno de modo a fixar e preservar a confiança dos clientes, dos accionistas, dos reguladores, das agências de avaliação de

9

8 1/10

rating e das restantes partes interessadas. A estrutura da gestão de riscos está inerente a todos os níveis dentro da PENSÕESGERE - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

Taxonomia de riscos:

Em linha com as políticas e princípios de gestão dos riscos do Grupo Ageas, a PENSÕESGERE - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. centralizou as várias funções relacionadas com a gestão dos riscos, através de reporte directo ao Administrador responsável pelo pelouro financeiro (CFO), o qual é também responsável pelo risco (CRO). Na mesma altura, o Grupo adoptou a taxonomia standard da Ageas na gestão dos principais riscos:

Risco operacional	Risco de investimento	Risco específico de seguros
Risco evento	Risco de crédito	Risco específico do ramo Vida
Risco negócio	Risco de mercado	Risco específico do ramo Não Vida
	Risco de liquidez	

Para a PENSÕESGERE - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. o Risco operacional e o Riscos de investimento (risco de crédito) são os únicos riscos que estão interiramente ligados a esta empresa.

a) Risco operacional

Qualquer instituição, incluindo as instituições financeiras, estão sujeitas a risco operacional consequência, da incerteza inerente ao negócio, e do processo de tomada de decisão. Para efeitos de reporte e monitorização, o risco operacional pode ser dividido em duas categorias, risco de evento e risco de negócio.

O risco de evento compreende o risco de perdas resultantes da inexecuibilidade ou falha de processos internos, pessoas e sistemas ou devido a eventos externos. Esta definição de risco de evento inclui o risco legal e de compliance, excluindo o risco estratégico e reputacional.

O risco de negócio é o risco de “estar no negócio” e compreende o risco da perda devido a mudanças no ambiente estrutural e/ou competitivo. Tem uma natureza essencialmente externo podendo, mesmo assim, ser mitigado por boas práticas de gestão.

A função de gestão do risco operacional da Millenniumbcp Ageas, particularmente a PENSÕESGERE - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A integrada no departamento de Gestão de Risco, continua a implementar as melhores praticas de gestão do risco operacional mediante a introdução dos princípios e metodologias em vigor no Grupo Ageas. Em particular, a implementação de uma estrutura de gestão de risco operacional e gestão de controlo, cobrindo todos os níveis do risco operacional. A estrutura de risco operacional e gestão de controlo (ORMC) inclui políticas para o controlo do risco operacional, para a identificação, avaliação, mensuração e reporte destes riscos e para a sua mitigação.



A implementação desta estrutura contribui para o aumento da consciência relativamente ao risco operacional, assim como a eficiência da sua monitorização, mensuração e necessidades de capital. Para que esta abordagem tenha sucesso, será necessário implementar uma gestão de risco transversal à organização e definir uma política de mitigação apropriada, tendo em consideração o processo de negócio inerente à Millenniumbcp Ageas.

Para a efectiva e eficiente identificação e gestão dos riscos operacionais, a Millenniumbcp Ageas já implementou algumas ferramentas e técnicas:

- As Avaliações de Risco são efectuadas periodicamente no negócio e suportam funções que asseguram uma visão desenvolvida do perfil de risco operacional. Isto consiste numa avaliação de risco ascendente com o objectivo da identificação e avaliação do risco operacional no contexto organizacional e de processo;
- O Plano de Continuidade de Negócio é um processo de gestão que identifica as potenciais ameaças para uma organização e o impacto nas operações de negócio, que essas ameaças possam ter no caso de ocorrerem. Fornece uma estrutura para a construção de flexibilidade organizacional com a capacidade de dar uma resposta efectiva que salvguarde a reputação, os interesses dos seus stakeholders, marca e valor criando actividades;
- Segurança de Informação que define a estrutura organizacional, gestão e corpo de responsabilidades e as directivas de informação de segurança aplicadas através da PENSÕESGERE - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A;
- Declaração de Controlo de Gestão: enquanto o risco operacional incide sobre os riscos operacionais de evento, o controlo de gestão está associado ao risco de negócio. As equipas de gestão assinam as suas declarações de controlo de gestão no final de cada ano, que é um testemunho do funcionamento da gestão de risco e do sistema de controlo interno durante o ano.

b) Risco de investimento

O risco de investimento, para PENSÕESGERE - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A é composto apenas pelo risco de crédito.

Risco de crédito

O risco de crédito deve ser entendido como o risco decorrente da incapacidade de um emissor cumprir os termos contratados ou de alguma forma falhar esses termos.

No contexto da PENSÕESGERE - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A, este risco é essencialmente relevante nas suas carteiras de investimentos financeiros, através da sua exposição a obrigações, em que estamos investidos para benefício quer dos clientes, quer dos nossos accionistas. Este risco é gerido através da implementação de uma política de crédito que contém um conjunto de princípios, normas, directrizes e procedimentos para efeitos de identificação, mensuração e reporte.

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimento “investimentos disponíveis para venda” por tipo de activo:

Carteira de Investimento	2010		2009	
		%		%
Activos financeiros disponíveis para venda	16.898.853	100,0%	6.372.289	100,0%
Dívida pública	10.640.270	63,0%	2.199.090	34,5%
Obrigações	6.021.093	35,6%	3.767.845	59,1%
Fundos de investimento:				
Imobiliário	237.490	1,4%	405.354	6,4%
Total	16.898.853		6.372.289	

Um dos objectivos da política de investimento do Grupo é mitigar o risco de crédito subjacente através da diversificação da carteira, por sector, mercado e país.

As obrigações detidas pela PENSÕESGERE - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A, podem ser decompostas por tipo de sector:

Obrigações por tipo de indústria	Activos financeiros disponíveis para venda		Eur	
	2010		2009	
	Valor	%	Valor	%
Dívida pública	10.640.270	63,9%	2.199.090	36,9%
Instituições financeiras	5.166.118	31,0%	3.167.585	53,1%
Operações de securitização	236.969	1,4%	229.157	3,8%
Indústria	42.984	0,3%	95.215	1,6%
Sectores básicos e energéticos	268.006	1,6%	275.888	4,6%
Consumíveis não cíclicos	307.025	1,8%	-	-
	16.661.372		5.966.935	

Os quadro seguintes mostram a qualidade creditícia (*rating*) dos emitentes de todas as obrigações, depósitos e outros devedores (com base em *ratings* externos):

Obrigações por notação de Rating	Activos financeiros disponíveis para venda		Eur	
	2010		2009	
	Valor	%	Valor	%
AAA	942.067	5,7%	1.520.008	25,5%
AA	2.660.766	16,0%	497.769	8,3%
A	10.667.493	64,0%	3.831.286	64,2%
BBB	1.903.688	11,4%	-	-
BB	417.196	2,5%	-	-
B	70.153	0,4%	-	-
Não cotados	-	-	117.872	2,0%
Total	16.661.363	100,0%	5.966.935	100,0%
Dívida pública	10.640.270	63,9%	2.199.090	36,9%
Obrigações	6.021.093	36,1%	3.767.845	63,1%
Total	16.661.363	100,0%	5.966.935	100,0%

	2010		Eur	
	2009			
	Valor	%	Valor	%
Depósitos em Instituições de Crédito				
BBB+	3.445.170	100,0%	9.670.490	100,0%
Outros devedores por operações de seguros e outras operações				
Sem rating	1.450.933	100,0%	693.890	100,0%
Total	4.896.103		10.364.380	

As unidades de participação em fundos de investimento detidas pela PENSÕESGERE - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., podem ser decompostas por tipo e região geográfica:

Fundos de investimento por zona geográfica	Disponíveis para venda		Eur
	Portugal	Total	%
Imobiliário	237.490	237.490	100,0%
Total em Dezembro 2010	237.490	237.490	100,0%
Imobiliário	405.354	405.354	100,0%
Total em Dezembro 2009	405.354	405.354	100,0%

Risco de câmbio

Qualquer produto financeiro é denominado numa determinada moeda, o risco de câmbio advém de possíveis alterações da taxa de câmbio para a moeda de referência da PENSÕESGERE - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., ou seja, o Euro.

A PENSÕESGERE - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., definiu que todo risco de câmbio deverá ser coberto.

O balanço consolidado da PENSÕESGERE - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., tem a seguinte exposição por moeda:

		<i>Eur</i>
Risco cambial 2010	EUR	Total
Investimentos	16.898.867	16.898.867
Outros activos	46.792.996	46.792.996
Total de activos	63.691.863	63.691.863
Passivo	24.990.883	24.990.883
Total de passivos	24.990.883	24.990.883

		<i>Eur</i>
Risco cambial 2009	EUR	Total
Investimentos	6.372.289	6.372.289
Outros activos	37.723.208	37.723.208
Total de activos	44.095.497	44.095.497
Passivo	26.940.126	26.940.126
Total de passivos	26.940.126	26.940.126

c) Requisitos de Solvência

O cálculo da margem de solvência é realizado de acordo com a norma regulamentar nº 6/2007-R do Instituto de Seguros de Portugal, sendo determinada com base nas demonstrações financeiras estatutárias.

A PENSÕESGERE - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., faz a monitorização mensal do seu nível de solvência, para o qual tem definido um objectivo mínimo de 200% da exigência legal.

5

[Handwritten signature]

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a margem de solvência do Grupo é analisada como segue:

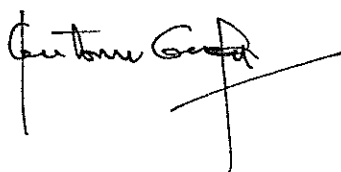
Rúbrica	Eur	
	31 Dezembro 2010	31 Dezembro 2009
Capital	1.200.000	1.200.000
Reservas Legal e de Reavaliação	3.188.725	3.389.170
Resultados Transitados	12.566.201	8.055.804
Resultado Líquido do Exercício	4.847.187	4.533.445
Distribuição de Resultados do Exercício	(7.000.000)	-
Total Situação Líquida (1)	14.802.113	17.178.419
Activos Intangíveis	(5.893)	(19.330)
Ajuste Pensões Reforma	-	(100.176)
Total (2)	(5.893)	(119.506)
Margem de Solvência Disponível (1) + (2)	14.796.220	17.058.913
Margem de Solvência Exigida	7.392.621	7.767.642
Excesso / Insuficiência	7.403.599	9.291.271
Rácio Solvência	200%	220%

Nota 26 – Activos sob gestão

Em 2010, os valores dos activos sob gestão, ascendiam a Euros 6.717.621.363 (2009: Euros 7.092.641.898).

TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Toc 3502



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

